



GUARDA MUNICIPAL

06/05/2012

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Matemática	11 a 15
Informática	16 a 19
Noções de Direitos Humanos e Cidadania	20 a 24
Noções de Direito Administrativo	25 e 26
Noções de Direito Constitucional	27 e 28
Noções de Direito Penal	29 e 30
Conhecimentos específicos para o exercício do cargo	31 a 30
Redação	—

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir este caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro caderno de provas ao aplicador de prova.
2. Este caderno contém a prova objetiva, com 50 questões de múltipla escolha, e a prova de Redação.
3. Cada questão apresenta 4 alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
4. No cartão, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta PRETA, preenchendo-se integralmente o alvéolo, rigorosamente dentro dos seus limites e sem rasuras.
5. O cartão-resposta da prova objetiva e a folha de resposta da prova de Redação são personalizados e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-los, verifique se seus dados estão impressos corretamente, caso contrário, notifique ao aplicador de provas.
6. O tempo de duração das provas é de 5 horas, já incluídos nesse período a leitura dos avisos, a coleta da impressão digital, a marcação do cartão-resposta e o preenchimento da folha de resposta da Redação.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **quatro horas** de prova e poderá levar o caderno de prova somente no decurso dos últimos **trinta minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova, desde que permaneça em sala até esse momento.
8. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA E A FOLHA DE REDAÇÃO AO APLICADOR DE PROVA.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o Texto 1 para responder às questões de **01** e **03**.

Texto 1*Intimação*

Abre em nome da lei.
Em nome de que lei?
Acaso lei sem nome?
Em nome de que nome
cujo agora me some
se em sonho o soletrei?
Abre em nome do rei.
Em nome de que rei
é a porta arrombada
para entrar o aguazil
que na destra um papel
sinistramente branco
traz, e ao ombro o fuzil?
Abre em nome de til.
Abre em nome de abrir,
em nome de poderes
cujo vago pseudônimo
não é de conferir:
cifra oblíqua na bula
ou dobra na cogula
de inexistente frei.
Abre em nome da lei.
Abre sem nome e lei.
Abre mesmo sem rei.
Abre sozinho ou grei.
Não, não abras; à força
de intimar-te repara:
eu já te desventrei.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Disponível em:
<www.terra.com.br/poesia/>. Acesso em: 20 mar. 2012.

— QUESTÃO 01 —

Para mostrar a força de seu desejo, o poeta evoca a lei. O desenvolvimento temático mostra que esse desejo foi

- (A) desprezado por deliberação do poeta.
- (B) reprimido pelos sonhos românticos do interlocutor.
- (C) limitado pelos caprichos políticos do rei.
- (D) alterado pelas convicções religiosas do locutor.

— QUESTÃO 02 —

Ao se dirigir ao seu interlocutor no penúltimo verso do texto usando a expressão “repara”, o poeta pretende

- (A) consertar os estragos morais causados à sua amiga.
- (B) restabelecer a amizade quebrada entre eles.
- (C) compensar o tempo perdido ao impor seus sentimentos.
- (D) chamar a atenção para o conteúdo de sua fala.

— QUESTÃO 03 —

A organização do conteúdo e da estrutura do texto justifica o título do poema. Um fenômeno de linguagem, presente no texto, que exemplifica esse fato é

- (A) a interrogação “Acaso lei sem nome?”
- (B) a recorrência da expressão “Abre em nome de...”.
- (C) o uso de rimas como “soletrei” e “rei”.
- (D) o emprego da oposição entre “bula” e “frei”.

— RASCUNHO —

Leia o Texto 2 para responder às questões de 04 a 07.

Texto 2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Acari

Autos n.º 109.08.000577-0
Ação Ação Penal/Sumário
Tipo
Réu
Mandado n.º 109.2009/000302-7
Oficial de Justiça José Pereira Sobrinho (1901) / Zona: Zona Única



MANDADO DE INTIMAÇÃO

(Audiência)

O(A) Doutor(a) Marcos José Sampaio de Freitas Júnior, Juiz de Direito Substituto desta Comarca de Acari, Estado do Rio Grande do Norte, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer dos **Oficiais de Justiça** deste Juízo a quem o presente mandado for entregue, estando devidamente assinado e que no cumprimento do seu cargo, **INTIME** a(s) pessoa(s) abaixo relacionadas, informando-as de que, diante da premente necessidade de impulsionamento e julgamento dos feitos inseridos na META 2 do CNJ, e tendo em conta o acúmulo de atribuições deste Magistrado nesta Comarca e na Vara Cível da Comarca de Currais Novos/RN, bem como na 22ª Zona Eleitoral, a audiência designada nos autos do processo acima mencionado foi redesignada para o dia **25 de fevereiro de 2012, às 08:30h**, devendo comparecerem ao ato redesignado no dia e horário referidos.

Disponível em: <www.robsonpiresxerife.com/blog/>. Acesso em: 19 mar. 2012. [adaptado]

— QUESTÃO 04 —

O mandado de intimação é um gênero do discurso jurídico por meio do qual uma autoridade constituída chama os cidadãos à sua presença. Devido à função social do remente, os destinatários do Texto 2

- (A) terão liberdade para alterar a data de seus comparecimento.
- (B) poderão escolher o oficial de justiça responsável pela intimação.
- (C) sofrerão consequências jurídicas, caso faltem à audiência.
- (D) receberão voz de prisão no momento de sua chegada ao fórum.

— QUESTÃO 05 —

Considerando-se a raiz da palavra e os sentidos que ela evoca, “mandado” integra o conjunto formado por

- (A) mandibular e mandíbula.
- (B) mandingar e mandinga.
- (C) mandriar e mandrião.
- (D) mandar e mandatário.

— QUESTÃO 06 —

Em um mandado de intimação, o juiz pode apresentar os motivos de seus atos. Segundo o texto 2, uma justificativa para a redesignação da data da audiência foi a

- (A) urgência dos trabalhos forenses.
- (B) notícia da fuga iminente do réu.
- (C) transferência do juiz para Currais Novos.
- (D) mudança no domicílio eleitoral dos intimados.

— QUESTÃO 07 —

Os gêneros do discurso jurídico têm uma estrutura mais ou menos fixa e devem obedecer a determinados critérios formais para que surtam efeitos legais. O trecho do texto 2 que remete ao ato do juiz sem o qual a intimação não surte efeito para os intimados é:

- (A) “Manda qualquer dos oficiais de justiça”.
- (B) “na forma da lei”.
- (C) “estando devidamente assinado”.
- (D) “nos autos do processo acima mencionado”.

Leia o texto 3 para responder às questões de 08 e 09.

Texto 3



Disponível em: <intimaçãomodaintima.blogspot.com>. Acesso em: 19 mar. 2012. [adaptado]

— QUESTÃO 08 —

No Texto 3, o anunciante faz um jogo de palavras para atrair compradores do produto anunciado. Esse jogo se dá com base na relação entre

- (A) justiça e processo.
- (B) corpo e movimento.
- (C) força física e força mental.
- (D) atos ilícitos e amizade profunda.

— QUESTÃO 09 —

Toda “intimação” tem uma conotação imperativa e é expressa formalmente por diferentes tipos de enunciados. No texto 3, por exemplo, esse sentido é expresso por uma sequência

- (A) descritiva: referência direta aos efeitos e ao tipo de produto anunciado.
- (B) narrativa: sequenciação espacial e temporal das vantagens do produto.
- (C) dialogal: marcação das vozes envolvidas no processo de compra e venda.
- (D) argumentativa: justificativa explícita da escolha do produto pelo consumidor.

Releia os textos 1, 2 e 3 para responder à questão 10.

— QUESTÃO 10 —

Os textos 1, 2 e 3 distinguem-se pelo tipo de interlocutor a que a intimação é dirigida. A especificação desse interlocutor é determinada

- (A) pelo uso dos verbos no imperativo.
- (B) pela formalidade da linguagem utilizada.
- (C) pelo tema explorado no texto.
- (D) pela sequência textual predominante.

— RASCUNHO —

MATEMÁTICA**— QUESTÃO 11 —**

Uma criança dispõe de R\$ 6,00 para fazer um lanche. Os preços dos salgados, bebidas e doces na lanchonete na qual a criança vai lanche estão descritos na tabela a seguir.

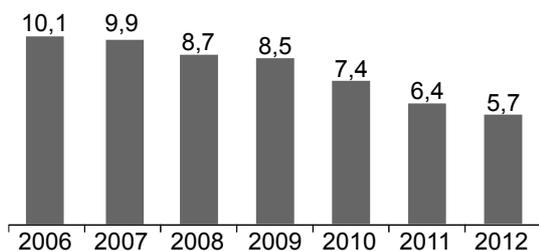
Salgados	Bebidas	Doces
Empadão: R\$ 4,00	Suco: R\$ 2,50	Doce de leite: R\$ 0,54
Quibe: R\$ 2,20	Refrigerante: 2,00	Bombom: R\$ 0,60
Sanduíche: 3,40	Água: R\$ 1,10	Doce de coco: R\$ 0,54

Considerando que a criança vai comer um sanduíche, com o dinheiro que sobrar o que ela consegue comprar sem sobrar troco?

- (A) Um suco e um doce de leite.
 (B) Um suco e um doce de coco.
 (C) Duas águas e dois bombons.
 (D) Um Refrigerante e um bombom.

— QUESTÃO 12 —

O gráfico a seguir mostra a taxa de desemprego no Brasil, nos meses de fevereiro, de 2006 a 2012.



Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 30 mar. 2012.
 [Adaptado]

Considere que, em fevereiro de 2013, a taxa de desemprego será igual à média aritmética das 4 menores taxas apresentadas. Então essa taxa será igual a:

- (A) 5,5
 (B) 6,0
 (C) 6,5
 (D) 7,0

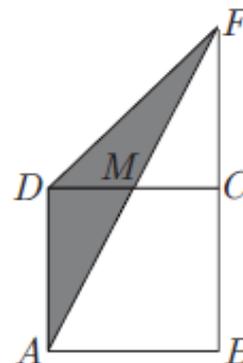
— QUESTÃO 13 —

Uma senhora retirou em uma agência bancária a quantia de R\$ 800,00 em cédulas de dez e de vinte reais. Considerando que o número total de cédulas que a senhora retirou foi 60, então a quantidade de cédulas de R\$ 10,00 que ela retirou foi igual a

- (A) 20
 (B) 30
 (C) 40
 (D) 50

— QUESTÃO 14 —

Na figura a seguir, ABCD é um quadrado com lados medindo 10 cm, M é o ponto médio de CD e F é o ponto de interseção das retas determinadas por BC e AM.



Nessas condições, a área da região cinza, em cm^2 , é igual a

- (A) 25
 (B) 50
 (C) 75
 (D) 100

— QUESTÃO 15 —

O proprietário de um restaurante observou que, colocando o valor da refeição a R\$10,00, almoçavam em seu restaurante 1.000 pessoas por dia, e o faturamento seria de R\$ 10.000,00. Por outro lado, percebeu que a cada R\$ 2,00 que ele aumentasse no valor da refeição, recebia 40 pessoas a menos para almoçar.

De acordo com essas informações, para que o restaurante alcance o máximo do faturamento, com a venda de refeições, o número de pessoas que deve almoçar nele, em um determinado dia, é igual a

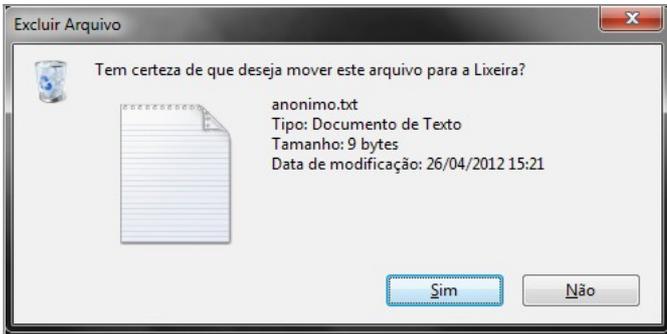
- (A) 600
 (B) 700
 (C) 800
 (D) 900

— RASCUNHO —

INFORMÁTICA

— QUESTÃO 16 —

Observe a figura, a seguir, que descreve uma operação de exclusão de um arquivo de dados no Windows 7.



Ainda que um usuário exclua arquivos ou pastas no Windows 7 de forma acidental, é possível recuperar esses itens de dados por meio da ferramenta Lixeira. No procedimento de exclusão de arquivos,

- (A) a exclusão de um arquivo pode ser revertida imediatamente, caso o usuário pressione as teclas CTRL e X.
- (B) a recuperação de um arquivo excluído é possível, caso o usuário pressione a tecla SHIFT enquanto “arrasta” esse arquivo para a Lixeira.
- (C) os arquivos excluídos de um *pen drive* não são enviados para a Lixeira, ficando assim permanentemente removidos.
- (D) os arquivos excluídos diretamente da Lixeira são facilmente recuperados por meio do Painel de Controle do Windows.

— QUESTÃO 17 —

Um anúncio publicitário traz a seguinte descrição de um notebook em promoção:

```
Intel(R) Core(TM) i5-2430M CPU 2.40 Ghz
Memória 6GB RAM
Disco rígido 750GB SATA
Tela LED de alta definição de 15.6" antirreflexo
Câmera web de 2 Megapixels com microfone integrado
Conexão Wi-Fi 802.11b/g/n
Sistema operacional Windows 7 Home Premium
```

Dos itens mencionados no anúncio, o que armazena programas e dados de usuários de forma permanente é:

- (A) Memória 6GB RAM.
- (B) Disco rígido 750GB SATA.
- (C) Intel(R) Core(TM) i5-2430M CPU 2.40 Ghz.
- (D) Conexão Wi-Fi 802.11b/g/n.

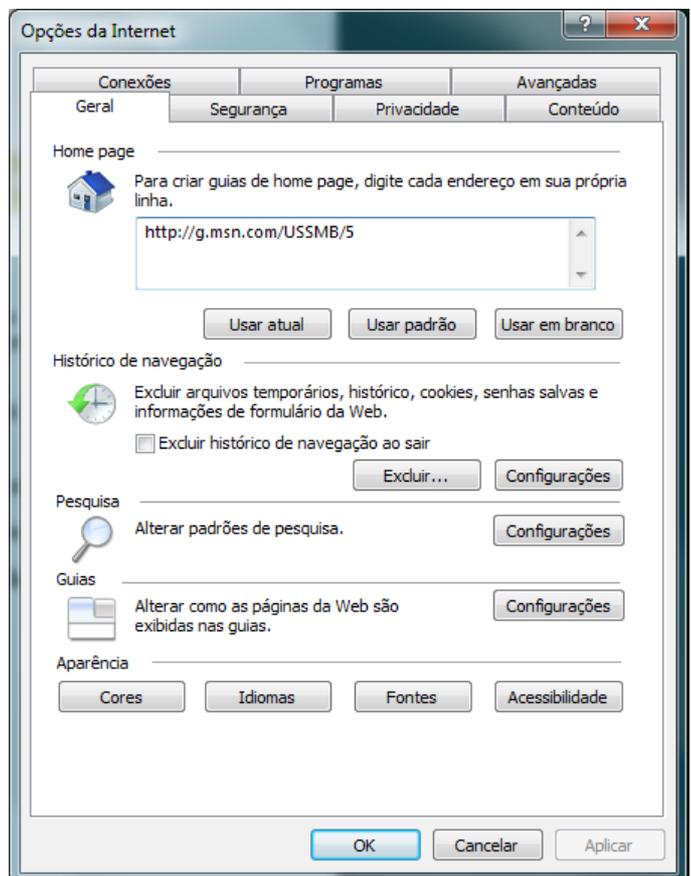
— QUESTÃO 18 —

Um usuário deseja copiar um texto de uma página da Internet para usá-lo em um documento do editor de texto LibreOffice Writer 3.4.4. Após utilizar os comandos Copiar e Colar, o texto colado no Writer mantém a formatação original da página web, o que, em geral, faz surgir caracteres estranhos e indesejáveis e resulta em trabalho adicional para aplicar uma nova formatação ao texto. Que recurso do Writer facilita a cópia de texto de uma página web para um documento desse aplicativo?

- (A) Editar, Colar Especial, opção "Texto sem formatação".
- (B) Editar, Colar Especial, opção "HTML (HyperText Markup Language)".
- (C) Editar, Autotexto.
- (D) Editar, Comparar documento.

— QUESTÃO 19 —

Observe a figura a seguir a respeito das opções de configuração da Internet do navegador Internet Explorer 9.



Em geral, janelas pop-up são abertas assim que um usuário entra em um site web e quase sempre são criadas por anunciantes. Qual das guias apresentadas nessa figura oferece ao usuário a possibilidade de bloquear janelas pop-up, bem como permitir pop-ups de sites web específicos?

- (A) Segurança
- (B) Conexões
- (C) Conteúdo
- (D) Privacidade

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**— QUESTÃO 20 —**

Fundamento da República Federativa do Brasil, o instituto da Dignidade da Pessoa Humana, previsto no art. 1º, da Constituição da República, busca afirmar e garantir direitos que

- (A) envolvem a honra do ser humano e constituem em um conjunto de elementos físicos do indivíduo que podem, a depender das circunstâncias, ser respeitados.
- (B) envolvem o direito à igualdade, o que justifica o estabelecimento de cotas públicas, nas quais se impõe o tratamento desigual para compensar discriminações.
- (C) podem ser afastados do ser humano, quando determinada a sua prisão em decorrência da prática de crime.
- (D) devem ser observados na interpretação de toda a legislação infraconstitucional (leis, regulamentos, decretos), a menos que venham a conflitar com disposições da própria Constituição da República.

— QUESTÃO 21 —

O princípio da legalidade, previsto no art. 5º, inciso II, da Constituição da República, estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. No caput do Art. 37, esse mesmo princípio volta-se para a administração pública. Nesses contextos, o princípio da legalidade

- (A) estabelece que é permitido ao Estado fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei, já ao indivíduo permite-se atuar apenas nos estritos limites estabelecidos expressamente pela lei.
- (B) exige que o Estado atue nos estritos limites da lei, e prescreve que o cidadão estará livre para agir salvo quando houver limitação legal.
- (C) determina que tanto o Estado quanto o cidadão estão obrigados a agir pautados na estrita legalidade, nos estreitos limites de uma permissão legal expressa.
- (D) é desprovido qualquer relação com o princípio da reserva legal, o qual estabelece que não haja crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

— QUESTÃO 22 —

A conduta que está de acordo com normativas internas e internacionais balizadoras dos direitos da pessoa humana, notadamente as estabelecidas pelo art. 5º, da Constituição da República, é a seguinte:

- (A) a realização de prova de capacidade física para candidatos com deficiência em regime de igualdade com os demais candidatos, na execução de concursos públicos.
- (B) a detenção e condução forçada de moradores de rua, praticadas pela polícia, para identificação e cadastramento junto ao Instituto de Identificação, mesmo tendo cada uma delas fornecido sua identificação pessoal.
- (C) a limitação do acesso do morador de rua às dependências de um *shopping center*, injustificadamente.
- (D) a permissão do Juizado da Infância e Juventude para que sejam viabilizadas visitas íntimas em unidade socioeducativa onde adolescentes se encontrem internados, desde que comprovada relação afetiva estável.

— QUESTÃO 23 —

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, inaugura o movimento de internacionalização desses direitos como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo (movimento marcado pela lógica da destruição e descartabilidade da pessoa humana). A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi

- (A) instituída no Brasil, após a 2ª Guerra Mundial, e visa traçar parâmetros mínimos de atuação política estatal no que concerne ao tratamento dos direitos humanos, seja no plano normativo interno, seja no âmbito da execução de políticas públicas.
- (B) instituída em 1948 e é considerada instrumento de alcance regional, destinado à internacionalização dos direitos humanos nos continentes europeu, americano e africano.
- (C) instituída em 1948, no âmbito da OEA – Organização dos Estados Americanos, e traz como premissa básica o reconhecimento da dignidade do ser humano, a igualdade de direitos considerados inalienáveis, como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.
- (D) instituída após a 2ª Grande Guerra e surge como marco maior do processo de reconstrução dos direitos humanos, estabelecendo a ideia de que a proteção não deve se reduzir ao domínio reservado do Estado, isto é, à competência exclusiva ou à jurisdição doméstica por se tratar de tema de interesse internacional.

— QUESTÃO 24 —

Policiais militares, empenhados em obterem a confissão de um traficante acerca do paradeiro de droga que mantinha consigo para revenda, interrogam, ininterruptamente, um cidadão por 18 horas seguidas, sem qualquer agressão física, em sala escura e fechada, dentro de um Batalhão Militar. Esse fato configura

- (A) crime de tortura, previsto na Lei n. 9.455/97, por representar constrangimento, com o emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental.
- (B) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei n. 4898/63, por representar limitação ao exercício de direitos fundamentais, como a liberdade.
- (C) mero ato de investigação, absolutamente permitido e justificado por lei, uma vez que do referido ato não resultou qualquer tipo de lesão física ao cidadão.
- (D) ato ilícito não penal, pois, ao estabelecer as condutas expressivas do crime de tortura, o legislador deixou de criminalizar o que se denomina tortura psicológica.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**— QUESTÃO 25 —**

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, segundo dispõe expressamente a Constituição Federal de 1988, obedecerá aos princípios de

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, pessoalidade, moralidade, oficialidade e eficiência.
- (C) legalidade, impessoalidade, razoabilidade, publicidade e eficiência.
- (D) legalidade, impessoalidade, razoabilidade, pessoalidade e eficiência.

— QUESTÃO 26 —

De acordo com a Lei n. 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (B) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (C) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (D) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**— QUESTÃO 27 —**

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- (A) a soberania; a defesa da paz; a prevalência dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (B) a independência nacional; a defesa da paz; a dignidade da pessoa humana; a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e o pluralismo político.
- (C) a independência nacional; a cidadania; a prevalência dos direitos humanos; a solução pacífica dos conflitos e o pluralismo político.
- (D) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

— QUESTÃO 28 —

A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se:

- (A) ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- (B) ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- (C) ao exercício das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- (D) ao exercício das funções de polícia ostensiva e à preservação da ordem pública.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL**— QUESTÃO 29 —**

Segundo Capez (2005), a ilicitude define-se pela contrariedade da norma ao ordenamento jurídico. O Código Penal prevê como causa que exclui a ilicitude

- (A) a coação irresistível.
- (B) o estrito cumprimento do dever legal.
- (C) a inimputabilidade.
- (D) o perdão judicial, nos casos previstos em lei.

— QUESTÃO 30 —

F.J., servidor público, aproveitando-se da condição de servidor e durante o horário de seu expediente, apropriou-se de um computador e uma impressora de propriedade do órgão público no qual trabalha. Constatado o fato pela direção do órgão, a polícia foi acionada e F.J. encaminhado à delegacia. No presente caso, F.J. responderá pelo crime de:

- (A) concussão.
- (B) furto.
- (C) peculato.
- (D) prevaricação.

— RASCUNHO —

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

— QUESTÃO 31 —

De acordo com a Lei Complementar n. 023/2010, do município de Aparecida de Goiânia, que alterou o Art. 23 da Lei Municipal n. 2.555/2005, a Guarda Municipal tem a competência de exercer a segurança interna e externa dos prédios públicos municipais e eventos promovidos pelo poder público municipal, a fim de prevenir a ocorrência de atos que

- (A) estejam em desacordo com as normas éticas e com os costumes em geral.
- (B) proporcionem alienação aos bens de uso comum do povo.
- (C) resultem em danos ao patrimônio público e ilícitos penais.
- (D) configurem manifestações ideológicas contra a cultura e a identidade do município.

— QUESTÃO 32 —

A Lei Complementar n. 023/2010, do município de Aparecida de Goiânia, que alterou o Art. 23 da Lei Municipal n. 2.555/2005, inclui como diretriz da Guarda Municipal

- (A) realizar serviço de “disque-denúncia”, a respeito de atos de vandalismos praticados contra os equipamentos públicos e o meio ambiente.
- (B) definir mecanismos de participação da comunidade na proteção dos bens públicos sujeitos à usucapião.
- (C) registrar termo circunstanciado de ocorrência de um fato tipificado como infração de grande potencial ofensivo, como crime hediondo.
- (D) apurar infrações penais e cíveis em instância processual no âmbito do município.

— QUESTÃO 33 —

De acordo com a Lei Complementar n. 042/2011, do município de Aparecida de Goiânia, o Regime Especial de Trabalho da Guarda Municipal (RETGM), a gratificação

- (A) tem caráter remuneratório percebido além do padrão de vencimento, na proporção de horas extraordinárias trabalhadas, desde que ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais regulamentares.
- (B) é agregada aos vencimentos para todos os efeitos legais, após dez anos ininterruptos de trabalho, e é acumulável com outra vantagem de regime especial.
- (C) tem natureza provisória para efeitos de aposentadoria, pensão e salário maternidade, excetuando os casos de auxílio-doença e auxílio reclusão.
- (D) é incorporada aos vencimentos para todos os efeitos legais, após cinco anos ininterruptos de trabalho e não é acumulável com qualquer outra vantagem de regime especial de trabalho.

— QUESTÃO 34 —

A Seção I, do Título Da Segurança da Lei Orgânica, do município de Aparecida de Goiânia, versa sobre a Guarda Municipal, que é definida como

- (A) um órgão de segurança pública elencado no *caput* do Art. 144 da Constituição Federal e tem a missão de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- (B) uma entidade de caráter civil mantida pelo município e tem a finalidade precípua de proteger o patrimônio, bens, serviços e instalações públicas, além do que a lei dispuser.
- (C) uma instituição paramilitar do município, cuja atribuição legal é salvaguardar bens do poder público e apurar infrações penais em parques, áreas ecológicas e quadras desportivas.
- (D) uma organização de defesa civil, que tem a responsabilidade de realizar o patrulhamento ostensivo em bens de uso comum do povo, além de garantir a apuração de crimes contra a ordem social.

— QUESTÃO 35 —

A Seção I, do Título Da Segurança da Lei Orgânica do município de Aparecida de Goiânia, dispõe sobre as competências e atribuições da Guarda Municipal. Segundo essa lei, compete à Guarda Municipal

- (A) a vigilância temporária das terras devolutas e de outros bens dominicais.
- (B) a prestação de honra de caráter não militar.
- (C) a proteção e a defesa dos animais nos casos de não calamidade pública.
- (D) o policiamento ostensivo nas adjacências das repartições públicas.

— QUESTÃO 36 —

O Anexo I da Portaria Interministerial n. 4.226/2010, que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Agentes de Segurança Pública, prescreve:

- (A) que a abordagem veicular pelos agentes de segurança pública seja acompanhada de armamento pesado e em condições de disparo de advertência, independente do grau de suspeição do veículo.
- (B) a legitimidade do uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que, mesmo na posse de algum tipo de objeto ilícito, contribua para a fuga de presos.
- (C) o uso da força por agentes de segurança pública obedeça aos princípios da legalidade, moderação e conveniência, dentre outros.
- (D) a aceitabilidade da prática de disparos de advertência, por atenderem aos princípios da plausibilidade, racionalidade e previsibilidade de efeitos.

— QUESTÃO 37 —

O Anexo I da Portaria Interministerial n. 4.226/2010, que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Agentes de Segurança Pública, preceitua que, quando o uso da força causar lesão ou morte de pessoa, o agente de segurança pública envolvido deverá realizar a seguinte ação:

- (A) facilitar a prestação de socorro ou assistência psicológica e médica à família do ferido.
- (B) verificar se o ferido possui bons antecedentes criminais.
- (C) avaliar secundariamente o uso de técnicas de menor potencial ofensivo, por meio do preenchimento de relatório individual.
- (D) promover a correta preservação do local da ocorrência.

— QUESTÃO 38 —

A definição é um “conjunto de armas, munições e equipamentos desenvolvidos com a finalidade de preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas”, contida no Anexo II da Portaria Interministerial n. 4.226/2010, refere-se a

- (A) acessórios de menor potencial ofensivo.
- (B) instrumentos de menor potencial ofensivo.
- (C) equipamentos de proteção individual.
- (D) equipamentos de potencial defensivo.

— QUESTÃO 39 —

De acordo com o princípio da necessidade, constante no Anexo II da Portaria Interministerial n. 4.226/2010,

- (A) o emprego da força pelos agentes de segurança pública deve, sempre que possível, além de ser proporcional, ser moderado, visando sempre a reduzir o emprego da força.
- (B) os agentes de segurança pública só poderão utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei.
- (C) a força não poderá ser empregada, quando, em função do contexto, possa ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos.
- (D) determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.

— QUESTÃO 40 —

Ao narrar a história de Aparecida de Goiânia, Melo (2002) define a cidade como metropolizante e nascida sob o signo da contradição e da oportunidade. De acordo com esse autor,

- (A) a cidade se chamava Goialândia, numa referência à sua localização entre os municípios de Goiânia e Hidrolândia, e foi um lugarejo pertencente ao município da Capital do Estado de Goiás.
- (B) a mineração na cidade teve início com a exploração do ouro em regime de garimpagem artesanal, quando seu nome ainda era Minas de Nossa Senhora do Rosário Meia Ponte.
- (C) o primeiro núcleo de povoamento, surgido no século XVIII, foi chamado de Arraial de Santa Luzia, época em que a mineração começou a declinar e muitas famílias se transferiram para a zona rural, dedicando-se à lavoura e à criação de gado.
- (D) o município, fundado no século XIX, teve início quando José Rodrigues de Mendonça e sua família se transferiram de Casa Branca, São Paulo, para terras às margens do Rio São Tomás, das quais tomaram posse e começaram uma pequena criação de gado.

— QUESTÃO 41 —

Segundo o que dispõe a Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

- (A) é considerada criança a pessoa até treze anos de idade incompletos, e, adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.
- (B) é vedado ao Conselho Tutelar encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente, sem a devida autorização dos pais ou responsáveis.
- (C) serão assistidos pelos seus pais os menores de dezesseis anos, já os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos deverão ser representados por seus tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.
- (D) cabe aos estabelecimentos de atendimento à saúde proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

— QUESTÃO 42 —

Leia a definição a seguir.

A Lei n. 10.826/2003 versa sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, bem como sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), dando outras providências. No artigo 17, a lei define como crime “adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou, de qualquer forma, utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”.

Essa definição corresponde ao crime de

- (A) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- (B) tráfico internacional de arma de fogo.
- (C) comércio ilegal de arma de fogo.
- (D) posse ilegal de arma de fogo de uso restrito.

— QUESTÃO 43 —

A Lei n. 11.340/2006 estabelece que a violência doméstica e familiar contra a mulher é configurada como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Essa situação

- (A) envolve qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação e de orientação sexual nas relações pessoais.
- (B) ocorre no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio temporário de pessoas, com vínculo social, exceto as esporadicamente agregadas.
- (C) ocorre no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram amigos, unidos por laços sociais, por estima ou por vontade tácita.
- (D) envolve qualquer relação empregatícia, na qual o agressor trabalhe ou que tenha trabalhado com a ofendida, independentemente de subordinação funcional.

— QUESTÃO 44 —

A Lei n. 11.343/2006 versa sobre normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, dando outras providências. No Capítulo II do Título IV, essa lei define como crime

- (A) conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de insumo ou produto químico, expondo à situação vexatória a vida de outrem.
- (B) prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente.
- (C) induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de plantas e afins.
- (D) associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, o consumo de drogas.

— QUESTÃO 45 —

Uma informação relevante para quem procederá ao manuseio de armas de fogo com segurança é:

- (A) ao entregar uma arma carregada e fechada para alguém, fazer com que aquele que a recebeu a empunhe corretamente com o dedo no gatilho.
- (B) ao lidar com uma arma de fogo carregada, deixar o dedo indicador na tecla do gatilho, independente se estiver na iminência de atirar.
- (C) aprender a atirar com ambas as mãos, pois, em dado momento, poderá estar com uma delas machucada ou ocupada.
- (D) realizar a devida manutenção com a arma montada, utilizando querosene, óleo, solvente e, dependendo do caso, detergente líquido.

— QUESTÃO 46 —

É definido como acidente de tiro com arma de fogo o ato que

- (A) ocorre quando se produz uma interrupção dos tiros com danos de qualquer natureza, materiais ou pessoais.
- (B) ocorre quando, fora do estande de treinamento, há uma interrupção dos tiros sem danos mensuráveis e independente da vontade do atirador.
- (C) é produzido em circunstâncias anormais, sem o acionamento regular do mecanismo de disparo, devido a defeitos ou à falta do mecanismo de segurança da arma.
- (D) é produzido em circunstâncias normais de funcionamento da arma, não havendo a percussão na espoleta e, tão pouco, a combustão dentro da cápsula, permanecendo a munição intacta na câmara.

— QUESTÃO 47 —

A Junta para o Conceito de Armas Não Letais norte-americano estabelece a divisão de categorias e áreas funcionais em relação aos conceitos básicos de armamento e munição química e de baixa letalidade. A categoria antipessoal possui “a capacidade funcional de prover um meio de capturar indivíduos específicos, como oponentes escondidos em uma multidão, sem atingir os indivíduos próximos. Assim, essa função é alcançada quando a arma efetua um disparo que resulte em qualquer inabilidade física ou diminuição na vontade de agir do oponente.”

A definição acima apresentada corresponde

- (A) à incapacitação de pessoas.
- (B) ao controle de distúrbios civis.
- (C) à restrição de acesso de pessoas a determinadas áreas.
- (D) à retirada de pessoas de instalações.

— QUESTÃO 48 —

A tecnologia TASER, originária dos Estados Unidos, foi introduzida recentemente em alguns estados brasileiros, e constitui

- (A) um dispositivo de choque que emite ondas T, que paralisam o criminoso, facilitando a comunicação do cérebro com o corpo e uma paralisação progressiva, caso o agressor esteja de pé.
- (B) um aparelho que provoca descontrações musculares, sem possibilidades de lesões secundárias, porém há o resultado permanente de formigamento e de amnésia devidos aos impulsos elétricos nomeados Twaves.
- (C) um equipamento eletrônico de controle, que usa fios propelidos ou contato direto para conduzir energia, afetando as funções sensoriais e motoras do sistema nervoso.
- (D) um instrumento de controle eletrônico, similar aos desfibriladores cardíacos que libera uma alta amperagem com baixa voltagem, assim, quanto maior a dispersão entre as sondas sobre o alvo, menor a efetividade.

— QUESTÃO 49 —

Quanto ao funcionamento das armas de tecnologia da Advanced Taser M26, observa-se que

- (A) a exposição à água irá causar eletrocussão ou diminuir a potência da energia transferida para o alvo quando realizado o disparo.
- (B) a descarga no agressor para a incapacitação neuromuscular (NMI) afeta, a curto prazo, a integridade funcional de marca-passos.
- (C) a pressão simples do gatilho descarrega um ciclo de corrente por 10 segundos.
- (D) o arco elétrico pode atravessar roupas, bem como alguns coletes balísticos.

— QUESTÃO 50 —

Além do projétil, são partes de uma munição de arma de fogo:

- (A) raiamento, detonador e azida de chumbo.
- (B) estojo, pólvora e espoleta.
- (C) cartucho, percussor e ponta.
- (D) cápsula, ferrolho e fulminato de mercúrio.

— RASCUNHO —

REDAÇÃO

Instruções

A prova de Redação apresenta duas propostas de construção textual. Você deve escolher entre produzir um **artigo de opinião** ou uma **crônica**.

O tema deve ser desenvolvido segundo a proposta apresentada. A fuga do tema anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases sem que essa transcrição esteja a serviço do seu texto. O seu texto **NÃO** deve ser assinado.

Tema: Inteligências emocionais e profissionais no exercício da função de guarda municipal

1 . Inteligência emocional condiciona sucesso profissional, aponta estudo

Mensurar a inteligência emocional dos profissionais, o que inclui sua capacidade de ler a linguagem corporal e de controlar frustrações, pode ser bom para as instituições, segundo um novo estudo.

Pesquisadores da Universidade Virginia Commonwealth, dos Estados Unidos, sugerem que a avaliação da inteligência emocional pode fornecer uma boa indicação do desempenho dos profissionais em sua tarefa.

"A inteligência emocional é a capacidade de perceber emoções em si mesmos e em outros. Consciência da linguagem corporal, por exemplo. É também a capacidade de controlar a frustração e outras emoções, e lidar com elas", disse Ronald Humphrey, professor de Administração responsável pela pesquisa.

"Este estudo oferece evidências científicas para corroborar o senso comum de que prestar atenção aos humores e às emoções é bom para o desempenho funcional", acrescentou.

Os pesquisadores compararam uma década de estudos a respeito do papel da inteligência emocional. Humphrey disse que a mensuração da inteligência emocional dos profissionais pode ser muito benéfica por indicar a capacidade de um funcionário de trabalhar bem com os colegas e de liderar.

Os estudos analisados nessa pesquisa mensuravam a inteligência emocional de três formas. A primeira, chamada de teste com base em habilidades, usa questões de múltipla escolha para avaliar a consciência emocional da pessoa.

Outros estudos usaram testes situacionais, em que os participantes são colocados numa situação social e convidados a escolher a emoção mais apropriada. A terceira ferramenta, chamada teste de competência emocional com modelo misto, é mais ampla em sua definição do que as outras duas, e também leva em conta fatores como a empatia pelos outros.

Humphrey acrescentou que a inteligência emocional é o segundo fator mais importante no desempenho profissional, atrás apenas da inteligência cognitiva.

"É também um fator em como administrar e liderar. O estudo sugere que uma cultura que valoriza a inteligência emocional e a compreensão das emoções é importante. As pessoas podem liderar com inteligência emocional e ter uma equipe emocionalmente competente", afirmou.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/821571-inteligencia-emocional-condiciona-sucesso-profissional-aponta-estudo.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2012. [Adaptado].

2. Inteligência profissional

Ari Lima

"O sucesso não ocorre por acaso, ele é resultado de planejamento, preparação e aproveitamento de oportunidades".

Existe um conjunto de comportamentos profissionais que devem ser desenvolvidos para que um profissional possa obter melhor desempenho no seu trabalho e, com isso, alcançar maior sucesso e reconhecimento profissional. É o que podemos chamar de "Inteligência Profissional".

Em 1995, o psicólogo americano Daniel Goleman já alertava para a importância e a necessidade de as pessoas desenvolverem o QE, quociente emocional, como forma obterem melhor desempenho em suas vidas particular e profissional, no lugar de priorizarem apenas o desenvolvimento do seu QI, quociente de inteligência.

Segundo o psicólogo, o QE, quociente Inteligência Emocional, é um índice que avalia competências pessoais como:

- ⤴ Capacidade de automotivação;
- ⤴ Estabilidade emocional;
- ⤴ Autoconfiança;
- ⤴ Criatividade;
- ⤴ Comunicação interpessoal;
- ⤴ Liderança;
- ⤴ E pró-atividade, entre outras competências.

Portanto, para obter melhor inteligência emocional é necessário que a pessoa possa desenvolver estas competências citadas.

Em 2006, o autor publicou outro livro denominado "Inteligência Social". Nesse livro, ele expande o conceito da "Inteligência Emocional" para as relações interpessoais, mostrando que ser inteligente socialmente é usar todos os recursos da "inteligência emocional" nas relações interpessoais, de forma a perceber e interpretar os sinais não verbais do comportamento humano e agir com "inteligência social" para obter um melhor resultado desta interação e alcançar objetivos sociais mais satisfatórios.

Aspectos relevantes da inteligência social seriam:

- ⤴ Empatia;
- ⤴ Captação de sinais não verbais do comportamento humano;
- ⤴ Harmonia nas relações interpessoais;
- ⤴ Respeito às emoções e aos sentimentos alheios;
- ⤴ Equilíbrio entre competitividade no trabalho e na qualidade de vida.

O somatório dessas competências, "Inteligência Emocional" e "Inteligência Social", conjugado e direcionado para um melhor desempenho profissional, poderia ser chamado de "Inteligência Profissional".

As principais características da inteligência profissional são:

- ⤴ Desenvolver competência técnica em setores essenciais de suas funções profissionais;
- ⤴ Desenvolver sua inteligência social para conquistar o apoio de colaboradores no desempenho de suas funções;
- ⤴ Desenvolver sua inteligência emocional para otimizar seu próprio desempenho profissional.

Apresentamos alguns parâmetros que podem servir de base para um profissional avaliar seu grau de inteligência profissional e também para a organização avaliar o grau de inteligência profissional de seus colaboradores.

[...]

Pessoas com inteligência profissional apresentam as seguintes características:

- ⤴ Estabilizadas emocionalmente;
- ⤴ Motivadas;
- ⤴ Boa comunicação interpessoal;
- ⤴ Bom relacionamento interpessoal,
- ⤴ Dispensam atenção e interesse aos colegas de trabalho;
- ⤴ Esforçam-se por trabalhar em equipe;
- ⤴ Espírito de iniciativa e liderança;
- ⤴ Conseguem perceber as reações não verbais de colegas de trabalho;
- ⤴ Têm objetivos pessoais e profissionais definidos.

Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/carreira/inteligencia-profissional.html>>. Acesso em: 25 abr. 2012. [Adaptado].

3. Guarda Municipal de Maringá adota nova pistola para garantir a segurança

Bibiana Dionísio

200 homens serão treinados durante 15 horas para utilizar um novo equipamento. De acordo com o Exército, 13 municípios e 14 estados podem utilizar a arma

O diretor da Guarda Municipal afirmou que foram importadas 200 novas pistolas dos Estados Unidos e que o material deve chegar à cidade ainda nesta semana.

A Guarda é composta de 303 pessoas, mas alguns membros, que são mais antigos e talvez tivessem dificuldade para aprender a manusear com segurança o equipamento, ficarão de fora do treinamento. O curso será ministrado pelo Exército Brasileiro. "O guarda também tem que se proteger para dar proteção", afirmou o diretor.

Segundo a diretoria da guarda municipal, cada guarda será treinado durante 15 horas. Na opinião do diretor, o tempo é suficiente porque são homens e mulheres que possuem um treinamento prévio na área de segurança e trabalham diariamente com abordagens. "Uma coisa é você pegar um leigo na área de segurança e outra pegar um que está 24 horas nas ruas fazendo abordagens. São quatro anos de treinamento com Polícia Militar, Polícia Ambiental, Bombeiros, Polícia Federal [...]. Eles estão psicologicamente preparados", afirmou o responsável pela direção da guarda municipal.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/04/guarda-municipal-de-maringa-adota-pistola-taser-para-garantir-seguranca.html>>. Acesso em: 25 abr. 2012. [Adaptado].

4.



Disponível em: <<http://www.gcmblog.com/2011/04/guarda-municipal>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

Propostas de redação

A – Artigo de opinião

O *artigo de opinião* é um texto escrito para ser publicado em jornais e revistas e traz reflexões a respeito de um tema atual de interesse do grande público. Nesse gênero, o autor desenvolve um ponto de vista a respeito do tema com argumentos sustentados por informações e opiniões que se complementam ou se opõem. No texto, predominam sequências expositivo-argumentativas.

Escreva um artigo de opinião para ser publicado na revista da associação dos guardas municipais, manifestando sua opinião a respeito do tema *Inteligências emocionais e profissionais no exercício da função de guarda municipal*. Em seu texto, você deve defender um ponto de vista, enfocando como devem ser gerenciadas as inteligências emocional e profissional para um bom exercício da função de guarda municipal. Apresente argumentos convincentes que sustentem sua opinião e que possam refutar outros pontos de vista.

B – Crônica

A *crônica* é um gênero discursivo, caracterizado como uma narrativa curta, no qual o autor manifesta sua perspectiva a respeito de um fato do cotidiano, apresentando uma interpretação que revela ao leitor algo que não é percebido pelo senso comum. O objetivo da crônica é divertir ou levar o leitor a refletir a respeito da vida e dos comportamentos humanos. A crônica pode apresentar elementos básicos da narrativa (fatos, personagens, tempo e lugar).

Escreva uma crônica para ser publicada no jornal da associação dos servidores municipais de Aparecida de Goiânia, refletindo a respeito do cotidiano do guarda municipal e de fatos que demonstrem o uso das inteligências emocional e profissional no dia a dia desse profissional. Seu relato deve considerar situações conflituosas, envolvendo o gerenciamento dessas capacidades comportamentais humanas.

FOLHA DE REDAÇÃO / RASCUNHO

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40